



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

DECRETO Nº 563/2025

Publicado no DOM-ES
Lei Municipal nº 2606/2015
Edição: 2106 Em: 11/12/25

Edineia Tonn Nalesso
Setor de Recursos Humanos

NOMEIA AUXILIAR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada **BIANCA CRISTINA SILVA BISSOLI GUSS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar Público Municipal, referência VC-9 da Lei Municipal nº 2.865/2023, alterada pela Lei Municipal nº 2.956/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia **11 de dezembro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 10 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA

Prefeito Municipal

Santa Teresa

Decreto

DECRETO Nº 564/2025

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL Nº 29/2025, VERSÃO 02, QUE DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, inciso VI, da Lei Orgânica nº 973, de 05 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO que o credenciamento é procedimento auxiliar previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, destinado a ampliar a rede de prestadores de serviços e fornecedores em condições padronizadas, assegurando maior eficiência e economicidade nas contratações públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito do Município de Santa Teresa/ES, as hipóteses, etapas e responsabilidades relacionadas ao credenciamento, garantindo conformidade com a legislação federal;

CONSIDERANDO o objetivo de fortalecer a participação de fornecedores locais, estimular a economia municipal e assegurar transparência e controle nos processos de contratação pública;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCL nº 029/2025, Versão 02, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, que regulamenta o credenciamento como procedimento auxiliar de licitações e contratações no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Teresa/ES 10 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1687509

DECRETO Nº 563/2025

NOMEIA AUXILIAR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada **BIANCA CRISTINA SILVA BISSOLI GUSS**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar Público Municipal, referência VC-9 da Lei Municipal

nº 2.865/2023, alterada pela Lei Municipal nº 2.956/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia **11 de dezembro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 10 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal

Protocolo 1687628

Instrução Normativa

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL Nº 029/2025

Versão: **02**

Aprovação em: 10 de dezembro de 2025

Ato de Aprovação: **Decreto 564/2025**

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O procedimento auxiliar de credenciamento, no âmbito do Poder Executivo do Município de Santa Teresa/ES, obedecerá ao disposto nesta Instrução Normativa e é aplicável aos procedimentos realizados com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Além dos procedimentos previstos no art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o credenciamento de interessados poderá ser utilizado sempre que houver inviabilidade de competição, quando o objetivo da administração for dispor da maior rede possível de prestadores de serviços mediante condições padronizadas e previstas no instrumento de convocação, sem diferenciação de tratamento entre os credenciados.

Art. 2º. Para os efeitos desta Instrução Normativa, serão adotadas as seguintes definições:

I - Credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços, fornecer bens ou explorar espaço público para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

II - Contratação paralela e não excludente: hipótese em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

III - Contratação com seleção a critério de terceiros: hipótese em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

IV - Contratação em mercados fluidos: hipótese em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção do fornecedor por meio de processo de licitação.

V - Contratação para exploração de espaço público para atividades temporárias: hipótese de seleção de pessoas físicas e jurídicas para explorar espaço público em caráter temporário e oneroso.